

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.430 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2002

“Um sujeito com 17 anos já não é menor. Devemos ter uma ação mais presente em relação a certos delinqüentes”

**Edison Lobão**

“Países que proibiram o comércio de armas diminuiram de forma significativa os índices de violência”

**Roberto Freire**

“A melhor maneira de combater a criminalidade é ter uma polícia bem preparada”

**Carlos Bezerra**

## Congresso dará prioridade a projetos contra a violência

No dia 15 de fevereiro, logo após a reabertura dos trabalhos legislativos, presidentes do Senado e da Câmara farão reunião sobre o assunto com líderes partidários. Uma comissão mista será encarregada de percorrer o país para ouvir a sociedade e selecionar propostas efetivas de combate à criminalidade, cuja votação deve começar em abril.

PÁGINA 3

### Tebet recebe de FHC lista das propostas que governo considera mais importantes

Em encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na manhã de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu uma lista de propostas que o governo considera mais urgentes para o combate à criminalidade. Entre elas, mudanças na estrutura das polícias e a proibição da venda de armas.

PÁGINA 2



Tebet no encontro com Fernando Henrique e os ministros Aloysio Ferreira e Arthur Virgílio



Lideranças partidárias discutiram com Ramez Tebet e Aécio Neves ações do Legislativo a partir do dia 15



### Delegados apresentam sugestões para melhorar segurança pública

PÁGINA 2

“O que vemos hoje é o aumento da criminalidade e a omissão do governo e do Poder Judiciário”

**Roberto Requião**

“A nação vai ter uma resposta concreta com a rapidez que o caso exige. Nós estamos fazendo a nossa parte”

**Mozarildo Cavalcanti**

“Cabe ao Executivo ter uma postura mais atuante em relação ao crime organizado e ao policiamento das ruas”

**José Eduardo Dutra**

# Governo quer polícia unificada e restrição às armas

O senador Ramez Tebet recebeu ontem do presidente da República lista com 20 projetos de lei e duas PECs. Fernando Henrique Cardoso pediu empenho do Congresso na votação das propostas enviadas pelo Executivo

O Congresso Nacional está disposto a aprovar o que for indispensável para diminuir a violência no país, afirmou ontem o presidente do Senado, Ramez Tebet, após encontro com o presidente da República. Fernando Henrique Cardoso pediu empenho para que o Legislativo coloque em votação projetos de combate à criminalidade tão logo os trabalhos sejam reiniciados em 15 de fevereiro.

No encontro, que também contou com as presenças do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, e do secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio, Tebet recebeu de Fernando Henrique lista com 20 projetos de lei e duas propostas de emenda à Constituição sobre segurança pública, para as quais o governo quer tramitação rápida.

Entre as propostas defendidas pelo governo, destacam-se a que unifica as polícias civil e militar, que deverá ser da alçada dos estados, e a que proíbe a venda de armas. Indagado se a aprovação desses projetos poderia sofrer atraso ou se as proposições poderiam ser rejeitadas devido à for-

ça do *lobby* promovido por policiais e fabricantes de armas, Tebet foi claro:

— O Congresso tem que vencer esse *lobby*, já que o combate à violência é de interesse de toda sociedade.

Uma das propostas de emenda à Constituição apresentadas pelo governo permite aos municípios a criação de guardas municipais com poder de executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo. A segunda emenda assegura ampla autonomia aos estados para criar novos órgãos de segurança e possibilita às unidades da Federação repartir com os municípios a competência relativa à segurança pública.

Tebet, que falou à imprensa na saída do encontro com o presidente da República, disse que Fernando Henrique está muito preocupado com o aumento da violência no país e disposto a ajudar os estados, inclusive financeiramente, no combate à criminalidade. O combate à corrupção dentro do aparelho policial também foi debatido, segundo informou o presidente do Senado.

## Tebet discute com delegados medidas contra a violência

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem comissão de delegados da Polícia Federal e das polícias civis de diversos estados para discutir a segurança pública no Brasil. Segundo o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, João Campos de Araújo, Tebet foi sensível às propostas apresentadas e garantiu que não será tomada nenhuma “decisão motivada pelo espírito de comoção pública” gerado após o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel.

Os delegados manifestaram

apoio à junção das polícias civil e militar em uma polícia única de natureza civil, com um segmento uniformizado.

— Seria um grande avanço, já que significa o aperfeiçoamento do sistema, mais eficiência e menos custos — comentou João Campos.

Como a unificação levará tempo, os delegados apresentaram sugestões que poderiam ser implantadas imediatamente, como o remanejamento de policiais militares para as ruas, que hoje permanecem nos quartéis envolvidos em atividades-meio.



Tebet (E) encontrou-se ontem com o presidente Fernando Henrique, o ministro da Justiça, Aloysio Nunes, e o secretário-geral da Presidência, Arthur Virgílio

## Freire cobra ações efetivas contra a criminalidade

O senador Roberto Freire (PE), líder do PPS no Senado, defendeu ontem a discussão de propostas, como a proibição do comércio de armas de fogo, que já demonstraram contribuir efetivamente para diminuir a violência.

— Me parece que os países que adotaram isso diminuíram de forma significativa os índices de violência, inclusive naquilo que é mais dramático, como motivo fútil, os acidentes domiciliares e os dramas de família com crime de morte.

Segundo Freire, o cidadão não precisa andar armado. “Isso aí é

papel da polícia e das Forças Armadas. Não é o cidadão pensar que a lei do faroeste vai garantir a segurança. Ao contrário, isso facilita muitas vezes a morte de quem não está preparado.”

Para Freire, muitos dos projetos sobre segurança tratam de experiências que não foram bem sucedidas em outros países, como o aumento das penas e diminuição da maioria penal.



Freire considera que o cidadão não precisa andar armado

## País precisa de “polícia séria”, afirma Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o Brasil precisa de “uma polícia séria”, e não de novas leis, para combater a violência. É fundamental, afirmou, um governo “que tenha pulso, que seja duro com a polícia e prestigie a banda boa das polícias brasileiras” para pôr fim à onda de seqüestros que vem atemorizando as grandes cidades.

— O que nós vemos hoje é o aumento da criminalidade envolvendo a própria segurança e a omissão do governo e do Judiciário.

Segundo Requião, a solução

para a violência não depende de legislação que imponha “proibições absolutas” ao tratar de alguns crimes. Ele é contrário ao bloqueio dos bens de familiares de vítimas de seqüestro. A medida, afirmou, não reduzirá esse tipo de crime. O senador diz que “não há sentido algum” em indisponibilizar bens de familiares de seqüestrados.



Para Requião, governo deve ser duro com a polícia

## Para Lobão, Código Penal é “muito brando”

O primeiro vice-presidente do Senado, Edison Lobão, disse ontem que considera o Código Penal brasileiro “muito brando”, e defendeu a necessidade de se examinar a proposta de diminuição da maioria penal.

— Um sujeito com 17 anos já não é menor. No mundo moderno, com o computador, a informática, a televisão e com tudo o mais, temos que ter uma ação mais presente no que diz respeito a certos delinquentes considerados isentos da malha do Poder Judiciário e do Código Penal.

Edison Lobão acrescentou estar inteiramente de acordo com a proposta do presidente do Senado, Ramez Tebet, de se discutir a adoção da prisão perpétua. “É preciso ter uma punição de alto grau, sem o quê não vamos muito longe.”

O primeiro vice-presidente aproveitou para lembrar que já houve, no Brasil, debate sobre a instituição da pena de morte. E manifestou sua posição favorável à participação do Exército no combate à criminalidade.

— Embora não seja instituição preparada para esse tipo de ação, a simples presença na rua inibe a ação dos bandidos e não deixa de ser uma ajuda ao aparelho policial — afirmou Lobão, para quem, se necessário, também devem ser empregados contingentes da Marinha e da Aeronáutica.



Lobão quer discutir a diminuição da maioria penal

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso selecionará propostas contra o crime

Reunião dos presidentes do Senado e da Câmara com líderes partidários define iniciativas para dar prioridade ao combate à criminalidade já na reabertura dos trabalhos legislativos, no dia 15 de fevereiro

O Congresso reabre os trabalhos legislativos no dia 15 de fevereiro, às 11h, e, no mesmo dia, os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, se reunirão com as lideranças partidárias das duas Casas para elaborar um plano de combate à violência. A reunião está marcada para o meio-dia, ocasião em que os líderes indicarão nomes para participar de uma comissão mista destinada a selecionar os projetos que serão votados para tentar reduzir a criminalidade.

A decisão foi tomada ontem, após reunião de mais de duas horas, com a participação dos presidentes do Senado e da Câmara e dos líderes.

— O Congresso Nacional está com os ouvidos colados nos interesses maiores da sociedade e vai dar combate sem trégua à violência e à criminalidade — disse Tebet, acrescentando que “a melhor contribuição que o Legislativo pode dar nessa luta é tomar a dianteira para melhorar as leis em vigor no país”.

Participarão da comissão mista 19 deputados e 19 senadores, que percorrerão o país ouvindo governadores, prefeitos e secretários de Se-



No encontro de Tebet e Aécio com líderes partidários, foi acertada a criação de uma comissão mista que selecionará projetos para votação prioritária

gurança Pública e que terão 60 dias para concluir seus trabalhos e apresentar uma lista dos projetos prioritários. Em abril, esses projetos poderão começar a ser votados. Ao dar essa informação, Aécio Neves assegurou que, ainda neste semestre, o Legislativo dará uma resposta à crise enfrentada pelo país na área de segurança pública.

Apesar de a Câmara já ter uma comissão permanente para estudar o crescimento da violência, Tebet e Aécio afirmaram que a comissão mista é necessária porque não há consenso para a votação de projetos prioritários nessa área na re-

bertura dos trabalhos legislativos. Tebet disse que o Congresso está fazendo sua parte no combate à violência, mas a sociedade não pode imaginar que isso se resolverá em curto espaço de tempo.

Participaram da reunião com os presidentes do Senado e da Câmara os líderes no Senado Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Eduardo Dutra (PT-SE), os líderes na Câmara Arnaldo Madeira (governo), Inocêncio Oliveira (PFL) e Walter Pinheiro (PT), e os senadores Carlos Wilson (PTB-PE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Edison Lobão (PFL-MA).

## Para Tebet, Legislativo está sintonizado com a sociedade

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que o Congresso Nacional deu demonstração de estar “com os ouvidos colados nos interesses maiores da sociedade” ao tomar a iniciativa de criar uma comissão mista com o objetivo de agilizar a votação de propostas de combate à criminalidade e à violência. A decisão foi formalizada durante reunião com o presidente da Câmara, Aécio Neves, lideranças partidárias e membros das Mesas das duas Casas.

— O Congresso, que é o Poder de-

sarmado, está tomando a iniciativa positiva de preparar, naquilo que lhe compete, que é a elaboração das leis, o combate ao crime — afirmou.

Tebet considerou a reunião “altamente produtiva”, e “uma manifestação positiva do Congresso, que toma a dianteira de fazer o que lhe compete”. Ele informou que a comissão terá prazo máximo de 60 dias para sistematizar os projetos, e que o Congresso iniciará logo as votações, “com prioridade absoluta”.

O presidente do Senado disse que durante a reunião não houve defi-

nição de prioridade entre as sugestões já apresentadas, justamente porque o trabalho de triagem caberá à comissão mista.

— O combate ao crime não se faz só com leis, mas é claro que é preciso boas leis. Defendo o aprimoramento da legislação, mas é necessário que as leis sejam cumpridas, executadas e respeitadas. Vamos buscar também mecanismos de operacionalização e cumprimento da lei, isto é, de ação. Os outros Poderes, irmanados, devem também fazer sua parte — afirmou.

## Aécio Neves promete respostas ainda neste semestre

O presidente da Câmara, Aécio Neves, assegurou ontem, após reunião de mais de duas horas realizada no Senado com líderes das duas Casas do Congresso, que o Poder Legislativo dará uma resposta ainda neste semestre à crise na área de segurança pública.

— Quero dizer à sociedade que o Congresso Nacional fará a sua parte no combate à violência. Mas não se trata de uma responsabilidade solitária. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem estar irmanados na busca de soluções —

afirmou Aécio.

O deputado informou que as propostas já em estudo por uma comissão especial da Câmara que analisa a questão da segurança pública serão a base do trabalho a ser desenvolvido, a partir da retomada dos trabalhos legislativos, por uma comissão mista composta por 19 deputados e 19 senadores.

Os parlamentares que vierem a compor a nova comissão terão 60 dias, a partir de 15 de fevereiro, para elaborar uma lista de projetos que poderão ser apreciados em Plená-

rio, nas duas Casas, ao longo dos próximos meses. Entre as propostas a serem analisadas, adiantou o presidente da Câmara, deverão estar as que prevêem modificações no Código de Processo Penal e a unificação das polícias civil e militar.

Aécio admitiu que nem todas as matérias a serem selecionadas pela comissão mista terão consenso das lideranças partidárias. Como muitas das propostas em tramitação no Congresso são polêmicas, adiantou, as que não forem consensuais serão decididas no voto, em Plenário.

## Mozarildo prevê resultados concretos “com a rapidez que o caso exige”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez uma avaliação positiva da reunião dos líderes para discutir propostas na área de segurança pública. A expectativa de Mozarildo é de que até o dia 15 de fevereiro, quando serão retomados os trabalhos legislativos, a comissão que será criada para sistematizar as mais de 200 propostas em tramitação já esteja com parte das matérias encaminhadas pelos partidos.

Segundo Mozarildo, os representantes partidários assumiram o compromisso de votar de imediato as proposições que sejam sistematizadas pela comissão.

— A nação terá uma resposta concreta com a rapidez que o caso exige — declarou.

Embora lembrando a posição do

Congresso de sempre estar à frente nas questões relativas à segurança, Mozarildo observa que não se pode dar ao povo a impressão de que “um problema arraigado há tanto tempo será resolvido em um passe de mágica”.

— Estamos fazendo a nossa parte e retomando com mais ênfase a questão, dado o clima que a população vive — afirmou, advertindo, porém, que o poder do Congresso não pode ir muito além, pois a colocação das medidas em prática depende do Executivo e do Judiciário.



Mozarildo fez avaliação positiva da reunião

## Dutra cobra ação policial de qualidade para enfrentar violência

Para o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), a escalada da violência não se resolverá com mais leis, mas sim com ações policiais de qualidade. Segundo ele, cabe ao Executivo ter uma postura mais ofensiva e atuante em relação ao



Dutra diz que Executivo deve ser mais atuante

crime organizado e ao policiamento das ruas.

Ao sair da reunião das lideranças, Dutra reconheceu que a decisão de simplesmente criar uma comissão mista, para trabalhar por 60 dias a partir de 15 de fevereiro, pode

ter passado uma impressão de anticlímax.

— No entanto, criar a expectativa de que o Congresso teria condições de resolver o problema da segurança seria enganar a opinião pública — argumentou.

Dutra disse esperar que a comissão mista, que irá

examinar as propostas em tramitação nas duas Casas e sistematizar os assuntos mais importantes em cinco ou seis projetos, possa, pelo menos, cumprir o prazo e apresentar resultados por volta do dia 15 de abril.

## Carlos Bezerra toma posição contra pena de morte e prisão perpétua

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) posicionou-se contra a instituição da pena de morte e da prisão perpétua no Brasil. Em vez dessas medidas, defendeu maiores investimentos na polícia e na área social, como formas de melhorar a segurança pública.

Ele destacou que a sociedade está traumatizada com a onda de violência que atinge o país e elogiou a iniciativa do Congresso de reunir



Carlos Bezerra quer polícia bem preparada

suas lideranças para discutir o problema.

— O Brasil está virando uma Colômbia, vivendo um caos na área da segurança. A melhor maneira de combater a criminalidade é ter uma polícia bem preparada, com policiais melhor remunerados. Temos também que resolver as questões sociais. À medida que há melhora na educação, na condição de vida das pessoas, a criminalidade diminui — disse o senador.

## Problema é de toda a sociedade, diz Moreira Mendes

“A sociedade perdeu a confiança na polícia, e isso não pode acontecer.” É o que diz o senador Moreira Mendes (PFL-RO), autor do projeto que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (Funseg). Segundo o senador, a corrupção verticalizada existente na polícia é um problema muito sério, e a população precisa voltar a ter confiança na corporação, como acontecia antigamente, quando o cidadão se sentia seguro ao telefonar para a polícia, ao chamar um policial. “Hoje ele se assusta, tem medo, não sabe se é a polícia que vai lhe dar ou não a guarida de que precisa”, observa.

Na avaliação de Moreira Mendes, o problema da violência no Brasil “tomou uma proporção gravíssima”. Para superar esse quadro, acredita o senador, não bastam medidas destinadas a melhorar a polícia.

— A raiz da violência não é essencialmente questão de segurança pública, ou de polícia, ou de melhoria do aparelhamento policial, como é a minha proposta da criação do fundo. Isso é uma das etapas. O Brasil tem um problema social grave. Há uma grande distância entre o



Moreira Mendes: população perdeu confiança na polícia

rico e o pobre, a diferença social é brutal, e isso é problema da sociedade como um todo. Não é apenas problema de governo federal, governos estaduais ou municipais. É um problema da sociedade — afirma.

### POLÍCIA UNIFICADA

O senador defendeu uma discussão ampla sobre a questão da segurança pública e manifestou-se contrário à prisão perpétua e favorável à unificação das polícias civil e militar, que, em sua opinião, não devem apenas ser unificadas. “É preciso repensar essas polícias”.

O projeto de Moreira Mendes visa à criação do Fundo Nacional de Segurança Pública para o financiamento de programas e atividades destinados à modernização e ao aprimoramento do aparelho policial. Esse fundo seria formado a partir de dotações orçamentárias da União, doações, inclusive de organismos estrangeiros, recursos provenientes de convênios e contratos, e, como fonte principal de receita, 3% do montante da arrecadação das loterias federais.

# Carlos Wilson: FHC não pode se omitir na questão da violência

Para senador, cabe ao presidente da República “colocar em torno de uma mesma mesa o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e enfrentar o problema”

O senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário do Senado, afirmou que a morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, não é responsável pelo clima de insegurança que toma conta da população. “O drama de seu assassinato apenas deu volume a uma indignação que estava presente no dia-a-dia dos brasileiros”, frisou.

Para Carlos Wilson, o presidente Fernando Henrique Cardoso não pode se omitir do papel de mais alto mandatário da nação e de responsável pelo que está acontecendo nas grandes cidades. “Quem tem a legi-



Carlos Wilson afirma que é preciso valorizar a atividade policial

timidade de convocar os poderes da nação é o presidente da República. Ele deve colocar em torno de uma mesma mesa o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e enfrentar o problema. Não pode ficar se escondendo atrás de argumentos virtuais”, afirmou o senador.

Na opinião de Carlos Wilson, Fernando Henrique adota uma forma peculiar de liderança, “em que a responsabilidade é sempre de um ente abstrato, uma pessoa jurídica ou órgão público despersonalizado. Agora diz que a culpa é dos governos estaduais, do Legislativo, de todos. Menos dele”.

## Heloísa Helena cobra ações concretas do governo, e não apenas anúncio de pacotes



Heloísa vê “abismo” entre o que é divulgado e o efetivamente realizado

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou do governo a adoção de medidas concretas de combate à violência. Ao comentar a elaboração de um pacote antiviolença pelo Executivo, a senadora defendeu a superação do abismo entre o que é divulgado e o que é efetivamente realizado. Segundo ela, não se pode aceitar que seja necessário “o sangue de alguém” para

que o governo anuncie alguma coisa.

— Não é isso o que a sociedade quer. Não é o que o PT quer. Não queremos o anúncio de medidas, de pacotes, apenas quando é um dos nossos o assassinado. A violência neste país acontece todos os dias. Então, muito mais do que o anúncio de pacote para responder à opinião pública, queremos ações concretas do governo federal e da sua base de sustentação, que está na grande maioria das administrações deste país — frisou.

A senadora disse que o PT quer discutir mudanças estruturais, para evitar que as pessoas acabem deixando a condição potencial de cidadão pacato e tornando-se marginais. Também destacou a importância da discussão sobre o aparelho de segurança, com ênfase em itens como unificação das polícias, melhoria das condições de trabalho, mecanismos de controle interno e condições para que os integrantes de uma corporação policial não sejam seduzidos pela criminalidade.

## Para Romeu Tuma, combate à criminalidade depende de investimento na polícia



Romeu Tuma diz que a população hoje vive “prisioneira do medo”

O êxito na luta contra o aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos depende, em grande parte, de investimentos na polícia e na carreira do policial. Essa é a opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), para quem a população hoje vive “prisioneira do medo” e, para se tornar vítima do crime hediondo e do seqüestro, o cidadão não precisa mais demonstrar sinais de riqueza. “Os bandidos atacam qualquer um”, diz o senador, advertindo também para o aumento da corrupção no meio policial.

Tuma observa que isso ficou evidente durante os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito que apura o roubo de cargas. “À medida que a corrupção avança sobre o sistema de segurança, a criminalidade aumenta”, afirma. Ele acredita que a falta de investimentos públicos na polícia e na carreira de policial contribui de forma significativa para esse quadro. Mal equipado, mal remunerado e sem motivação profissional, o policial começa a levar a pior no confronto com os criminosos.

— Esqueceram-se de investir na profissão do policial, desestimulando-o. Diante desse quadro, uma minoria entre os policiais começa a achar melhor negociar com os bandidos. É claro que se trata de uma minoria, mas é uma minoria que vem crescendo — alerta.

## Jefferson constata calamidade na segurança pública

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o assassinato do prefeito de Santo André e os de outros brasileiros pelo país afora, principalmente nos grandes centros, demonstram a falência do sistema de segurança. “Estamos vivendo uma calamidade pública no setor de segurança”, observou.

O senador defendeu penas mais duras para crimes hediondos, principalmente o seqüestro seguido de morte. Para Jefferson, é necessário, nesse caso, que os criminosos cumpram a pena máxima, ou seja, 30 anos de reclusão, sem direito a abrandamentos previstos na legislação penal.



Jefferson Péres

## Ademir Andrade defende política de inclusão social

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a inclusão social como a forma mais eficaz de combate à violência. Ele não vê no governo iniciativas consistentes para enfrentar o problema.

— Sempre que acontece algo grave, o presidente Fernando Henrique tem uma desculpa. Um presidente que legisla durante todo o mandato por medidas provisórias, agora quer jogar a culpa no Congresso — comentou Ademir.



Ademir Andrade

## Alcântara pede medidas contra o crime organizado

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defende medidas concretas para pôr fim à onda de violência, como a modernização das polícias, a integração da Polícia Federal com as estaduais, maior segurança nos presídios e penas mais duras para os criminosos.

— O Brasil não pode perder a guerra contra o crime organizado. É preciso mais ação — disse Alcântara, para quem o assassinato do prefeito de Santo André demonstrou a inexistência de um sistema de segurança que garanta tranquilidade à população.



Lúcio Alcântara